

Resumo: Mercê da quantidade de documentos e do interesse de bibliotecários e utilizadores das bibliotecas nasceu o fundo local. Numa tentativa de recordar, preservar e celebrar o fundo local enquanto resposta à necessidade humana de pertença e de criação de memórias, elabora-se uma revisão bibliográfica sobre o tema e tecem-se algumas considerações respeitantes ao conceito, aos destinatários, às marcas distintivas e à relevância desta coleção patrimonial. Conclui-se que, inegavelmente, o fundo local confere identidade, concretiza memória e apresenta-se como um fator de excelência da biblioteca pública.

Palavras-chave: Fundo local; Biblioteca Pública; Identidade; Memória

Abstract: The institutional local collection was born due to the considerable amount of documents, as well as to the interest of librarians and library users. In an attempt to recall, preserve and celebrate this collection as a response to the human need of belonging and creating memories, a literature review on the subject is undertaken whereas some considerations are made concerning the concept, the recipients, the hallmarks and the relevance of the institutional local collection. We conclude that it is undeniable that this collection provides identity, embodies memory and presents itself as a factor of excellence of the public library.

Keywords: Institutional Local Collection; Public Library; Identity; Memory

“O que é a memória?, perguntara-me o meu pai quando eu tinha sete anos.

Seria um palácio na alma, pensamentos entrançados num cordão,

uma ponte entre tudo o que fomos e o que havemos de ser?”

(ZIMLER, 2013, p. 116)

Introdução

Aos longos dos anos, as bibliotecas foram acumulando documentos de índole diversa. A necessidade de conhecimento e a realização de estudos sobre especificidades locais apontaram o caminho para a organização desses documentos e consequente constituição de áreas reservadas a coleções locais. No entanto, os tempos que correm exigem das bibliotecas um papel mais (pró)ativo, tornando-as um instrumento de intervenção e de inclusão social. Assim, considera-se pertinente um estudo bibliográfico sobre o fundo local, com o objetivo de recordar a sua função social identitária e memorialística, desta forma celebrando-o e preservando-o. Para tal, foi elaborada uma revisão bibliográfica de textos de autores academicamente mais relevantes na área do fundo local, da memória e da identidade social.

Da inevitável aurora aos diversos ocasos

Sendo um conceito de origem anglo-saxónica, os estudos locais são vistos como um centro de informação especializada, podendo ser também considerados uma secção das bibliotecas públicas. Nichols (1979:8) escreve que os estudos locais são um reflexo do interesse local demonstrado por bibliotecários e por leitores, provavelmente desde o início das bibliotecas. Pensato e Montanari (1984) designaram as coleções de estudos locais como “fontes locais”, colocando a ênfase nos documentos que se revelam um manancial para futuros estudos e pesquisas. Segundo estes investigadores (1984:36 e 49), as fontes locais são documentos relativos a todos os aspetos da história e da vida de um determinado território e o departamento dos estudos locais representa uma coleção com amplas margens de autonomia dentro de uma biblioteca geral. Considera-se, em suma, que os conceitos referem documentos especializados, já que são específicos de determinado local, pertencentes a um departamento da biblioteca pública.

Em Portugal, os estudos ou fontes locais prenderam a atenção de Henrique Barreto Nunes (1988:16), que os designa como o fundo local de uma biblioteca, reconhecendo-o como “conjunto organizado de espécies documentais, qualquer que seja o seu suporte (impressos e audiovisuais), produzidas por uma comunidade ou com ela relacionadas, que se referem aos mais variados aspectos da sua vida, história e actividades”. Posteriormente, Faria e Pericão (2008:277-278) referem algo semelhante que denominam de coleção local – “parte de uma biblioteca que recolhe e organiza todo o tipo de documentação que se refira a uma determinada zona geográfica, com a finalidade de poder oferecer aos utilizadores da biblioteca todas as fontes de informação possíveis sobre qualquer particularidade da história e vida dessa zona” – e de coleção de fundos locais – “aquela que se foi constituindo ao longo da vida de uma biblioteca, arquivo, serviço de documentação, etc. e que privilegia bibliografia respeitante à história e acontecimentos de uma determinada região”.

Esmiuçando os conceitos, encontram-se implícitas algumas *nuances* distintivas: Nunes coloca a tónica nos documentos, na sua organização e na organicidade dos conjuntos, enquanto Faria e Pericão (2008) parecem relevar um espaço e a constituição de uma coleção. Ainda que menos recente, a primeira definição parece mais profunda, pois esclarece sobre a diversidade do suporte documental e o enfoque é colocado na reunião quase natural e não na reunião artificial de documentos, isto é, na comunidade e não na zona geográfica, nas pessoas e não no espaço que habitam. Entende-se que as conceções destes teóricos parecem coincidentes no essencial, já que apontam para uma área específica e autónoma da biblioteca e, em termos de conteúdo documental, mencionam a vida e a história de um local/comunidade.

Nascido o fundo local, a quem se destina? Pensato e Montanari (1984:74) afirmam que os utilizadores desta recolha são predominantemente individuais e movidos por estudo, profissão, simples curiosidade ou razões afetivas e práticas. Calenge (1994:176) aprofunda e afirma que existe um público completamente local e um outro de estudiosos e investigadores exteriores à comunidade. H. B. Nunes refere que o “público privilegiado são os professores e estudantes, mas também poderá ser de grande utilidade para os investigadores e eruditos locais, os conferencistas, os jornalistas, os políticos e os autarcas” (1988:19), sendo certo que “cada vez é maior o número de leitores e de cidadãos interessados em conhecer pormenores sobre a comunidade em que vivem, quer quanto às suas origens, ao seu passado, ao seu património, às suas figuras de relevo, quer quanto à

informação sobre a actualidade” (1996:19). As ideias dos teóricos complementam-se e depreende-se que o público-alvo do fundo local seja vasto e abrangente. Além dos membros da comunidade local, quem poderá consultar este fundo serão alguns curiosos ou investigadores que demandam o estatuto utilitário secundário dos documentos, ou seja, uma utilidade posterior à que presidiu à sua produção, nomeadamente em âmbito académico.

Um dos méritos do fundo local foi reconhecido por Pensato e Montanari (1984:69), para quem o fundo local será certamente um impulso mais estabelecido para o ensino e pesquisa da história local. Considerando esta perspectiva um pouco redutora, será pertinente lembrar Nichols (1979:7), que afirma ser comum pensar que os documentos do fundo local têm um interesse apenas local, contudo a experiência dos investigadores mostra que estes materiais poderão constituir uma contribuição valiosa para estudos históricos de horizonte nacional. H. B. Nunes (1988:19) garante que este fundo “está especialmente vocacionado para prestar apoio às escolas, museus, arquivos, associações culturais e para a realização de diversos tipos de actividades culturais, como exposições, conferências, debates e visitas guiadas”. Assim, as informações constantes no fundo local afiguram-se extremamente úteis como instrumentos de produção de conhecimento das mais diversas áreas, o que procede do valor pedagógico-didático dos documentos, se vistos como fonte informativa de professores e alunos.

Considera-se reconhecida a potencialidade e o carácter instrumental do fundo local, não só enquanto motor de pesquisas e estudos académicos mas também de experiências culturais. Assegurando que “um fundo local (...) destina-se pois a ser utilizado pela generalidade da população local e essa possibilidade de utilização, essa acessibilidade da informação de carácter local é essencial ao cumprimento da função democratizadora da biblioteca pública”, M. B. Nunes (2002:59) acrescenta um mérito não menos relevante do fundo local, o de que este promove o carácter democratizante do acesso à informação e ao conhecimento, dada a diversidade e a abrangência de públicos.

Muito embora os fundos locais estejam implementados nas bibliotecas públicas da maior parte da Europa há já muitos anos, Barber (*apud* REID e MACAFEE, 2007:127) duvida do seu reconhecimento, nomeadamente a nível externo, afirmando que estes podem ainda ser vistos como um serviço de Cinderela, parcialmente incompreendido por funcionários de outros setores e pelo público em geral. Posição oposta é defendida por outros estudiosos: H. B. Nunes (1988:15) declara que o fundo local, bem como a sua “existência, composição e divulgação constituem uma das principais razões para o impacto de muitas bibliotecas públicas (municipais) junto da população”. Lage (2002:63) assegura que estes fundos “são geralmente a parte mais explorada dos fundos patrimoniais, pois se trata de fundos especializados de utilização variada”. Regedor (2004:2) afirma que “uma das funções das bibliotecas de leitura pública, não menos importante que as outras, é o de constituírem colecções de documentação da história local. Dessa forma contribuem para a preservação da memória e de protecção e valorização do património dos espaços em que a sua acção se inscreve”. Outros teóricos vão ainda um pouco mais longe e contextualizam o fundo local nas ideias e nos interesses da contemporaneidade, caso de Cornelsen e Miranda (2010:131-132), que asseguram que “nunca, como agora, o presente é tão pela vontade social de recordar. Essa vontade poder-se-ia denominar de ‘uma obsessão memorialista’, que se manifesta, por exemplo, [...] no culto ao património; na (re)invenção de tradições; [...] na proliferação de exposições históricas e fotográficas; [...]

na multiplicação dos arquivos; nas festas comemorativas; na recuperação de memórias e museus regionais”.

Não se concordando com a perspectiva de Barber, reconhece-se, contudo, que o fundo local é ainda desconhecido e descurado por alguns, como confirma Lage (2002:58), quando escreve que “estes fundos são ainda «negligenciados ou ignorados» apesar de serem de conhecimento prioritário para as gerações futuras”. Muito embora sejam desconsiderados por alguns, os documentos do fundo local não são irrisórios ou possuidores de um mero interesse picaresco para o local/comunidade que os produziu, não são um aglomerado de papel velho sem interesse. Ironizando sobre estes documentos, Miller (*apud* PENSATO e MONTANARI, 1984:159) refere que estas tralhas são peças de uma construção que se esforça por apresentar uma imagem luminosa da comunidade, posição que merece concordância.

Aquando da sua produção, todos os documentos possuem um estatuto utilitário, já que servem um fim e obtêm a sua funcionalidade no uso e proveito da comunidade em que são gerados. Considera-se que, com o passar do tempo, esses mesmos documentos adquirem um estatuto memorativo, revelando-se evocações constantes e testemunhos reais de um passado, projetados num presente ou num futuro indeterminado. Cardoso (2010:10) afirma que “os documentos manuscritos e impressos armazenados em bibliotecas, arquivos e museus contribuem para o resgate e a produção de memórias perdidas em papéis nem sempre conservados, trazendo ao conhecimento público fragmentos de informações corroídas pelo tempo”. Dita a experiência dos investigadores que alguns documentos mais antigos e locais contêm informações que os recentes e nacionais não referem e, caso não existisse um fundo local, restaria o conhecimento incompleto e descontextualizado ou a sua irremediável perda. Reconhecidos os seus préstimos, considera-se que, em regra, o fundo local deverá evidenciar-se em área de leitura geral; contudo, ponderado o valor dos documentos que o constituem, poderá distinguir-se administrativa e espacialmente e localizar-se numa área de acesso reservado e protegido, uma vez que poderá conter raridades patrimoniais. Face às novas tecnologias, não será de excluir uma concomitante existência virtual da coleção local.

Da natureza identitária à essência memorialística

Muitos são os documentos da biblioteca, porém, como saber se um documento pertence ao fundo local? Pensato e Montanari (1984:42) mencionam como condições essenciais o valor memorialístico e o vínculo a um lugar: a primeira condição é que os documentos do fundo local sejam adquiridos, armazenados, comunicados, não em virtude do seu valor e significado factual, prático, mas como testemunho, documento histórico e cultural de determinado local; a segunda condição é que os documentos se refiram a um local e este é precisamente o facto que une documentos de temas e áreas de estudo diferentes.

Considera-se que as fronteiras de pertença ou não de um documento ao fundo local são permeáveis, pelo que deve procurar-se uma marca distintiva que poderá ser artificialmente designada de externa (referências diretas, tal como autor local, título ou capítulo com toponímia local, assuntos e atividades desenvolvidos localmente...) ou de interna (resultante de estatutos, fontes e valores para determinado local/ comunidade). Do ponto de vista externo, é fundamental que se encontre coerência e coesão no tema e na

organicidade de um fundo, uma vez que os documentos que o constituem devem não só estar em conformidade com um lugar/comunidade e como devem obter pertinência e sentido quando inseridos num todo organizado, em que as partes se entrelacem. Do ponto de vista interno, é essencial que os documentos de um fundo local possuam um valor acrescido, que, ao fornecer testemunhos autênticos de si, se façam espelhar como imagem de um lugar/comunidade e que lhe permitam refletir a sua especificidade, vida, história e memória.

O fundo local é portador de um valor identitário para a biblioteca, pois é constituído por documentos do e sobre o local/comunidade, logo elementos essenciais à identidade da própria biblioteca municipal e da sua comunidade. Este valor manifesta-se na medida em que se revela como um contributo para a identidade individual, como a “imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria” (POLLAK, 1992:5), e para a identidade coletiva, enquanto “fonte de significado e experiência de um povo” (CASTELLS, 1999:22), cujos elementos partilham um sentimento de pertença, de harmonia e de continuidade. Todavia, para que haja identidade, revela-se fundamental a existência da memória, como defende Le Goff (1990:476), quando afirma que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”. Ideia similar é sustentada por Pollak (1992:5) ao declarar que a “memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. Castells (1999:84) esclarece que a comunidade é o fundamento da identidade, mas é a memória coletiva que garante a sua preservação: “as comunidades locais, construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidades”. Esquinsani e Esquinsani (2007:256) afirmam que a memória possui um caráter coletivo, pois “lembrar não é apenas recordar imagens e valores individuais, mas vinculá-los a valores mais amplos, que indicam o sentido de pertencimento do indivíduo que recorda”. Considera-se que estas perspetivas se complementam e que identidade e memória constituem dois conceitos interligados no âmbito do fundo local, de onde sobressai uma memória coletiva.

A construção das memórias, sua importância e sua diferenciação da História foram alvo da atenção de Halbwachs, em *La Mémoire collective* (1950). Segundo ele, “a memória é um assunto de como as mentes trabalham juntas em sociedade” [...] daí ser a sociedade o locus onde, normalmente, se manifestam as memórias. Na sociedade se recorda, se reconhece e se localiza a memória; a memória coletiva não se constitui a partir de uma lista de acontecimentos lineares e sucessivos que se conservam, mas na reconstrução conjunta das lembranças dos acontecimentos que têm importância para o grupo” (Halbwachs *apud* CORNELSEN e MIRANDA, 2010:135). Assim, a memória individual existe a partir da coletiva, pois cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, sendo o indivíduo inspirado pelo grupo. Paradoxalmente, Halbwachs (1950:44 e 93) declara que não há nenhum ponto da memória coletiva que se realize num contexto espacial e que cada grupo fragmenta-se e reforça-se no tempo e no espaço. Considera-se que a memória coletiva será sempre um fenómeno de (re)construção social que necessita de uma comunidade afetiva, no entanto defende-se que serão necessários igualmente um tempo e um espaço. A questão do espaço é de vital importância, não só o espaço da

ocorrência da memória coletiva, mas principalmente o da sua rememoração, aquele onde a memória coletiva está disponível e organizada, para comemoração e para lembrança, para o presente e para o futuro, em suma, um espaço com características do que Pierre Nora (1984) designou de lugares de memória. A História vai-se escrevendo com o contributo da memória coletiva e enriquece com o estudo dos seus lugares, aqueles onde ela cristaliza e onde a sua transmissão às gerações vindouras fica assegurada. Estes podem ser geograficamente situados ou intelectualmente construídos, desde que o sejam com afeto e emoção e com o intuito principal de recordar, uma vez que sem a intenção de lembrar, os lugares de memória seriam indistinguíveis dos lugares de História (NORA, 1989:19). Partilha-se da perspetiva de Le Goff, em *História e Memória* (1990:473), onde são apontados como exemplos os lugares topográficos (arquivos, bibliotecas e museus), os lugares monumentais (cemitérios e arquiteturas), os lugares simbólicos (comemorações, peregrinações, aniversários e emblemas) e os lugares funcionais (manuais, autobiografias e associações). Considera-se que não seria acertado aferir unicamente um ‘valor histórico’ ao fundo local, uma vez que este cria uma memória sociocultural e aceita qualquer testemunho que se consiga obter. Não se trata de fazer História, ainda que seja inegável o papel do fundo local como fonte histórica, como alimento e condimento do conhecimento histórico; trata-se de constituir património representativo de um lugar/comunidade e de conceber e desenvolver uma memória coletiva que deve ser lembrada e preservada. Considera-se que pode encontrar-se no fundo local um significado histórico que não seria tão rico e completo caso os documentos estivessem dispersos ou desorganizados. Contudo, o desígnio é sempre o de lembrar, o da criação de uma identidade e de uma memória e não o do apuramento da História.

Idealmente, o fundo local tenta ser o “registro dos acontecimentos dignos de memória que constituem a tradicional situação espaço temporal de grupos que animam e mantêm viva a memória social” (CORNELSEN e MIRANDA, 2010:137), sobre todos os aspetos da vida de um local/comunidade. Halbwichs (1950) e, mais recentemente, Dodebei (2011) partilham a perspetiva de que “a memória é coletiva na medida em que seria constituída por imagens e esquemas do passado que estão diretamente associados à coesão dos grupos. Os indivíduos não recordam sozinhos. As lembranças são frutos destes esquemas ou quadros socialmente adquiridos e exercem uma função relevante na dinâmica social” (2011:38). Em concordância, considera-se que ficará para a posteridade o que o impulso do grupo determinar, uma vez que a construção da memória é essencialmente coletiva, à semelhança do que sucede com a coleção local.

O fundo local contém documentos com um significado global, representativo de uma memória social e das “propriedades e [d]os fenômenos que ocorrem com indivíduos ou com grupos sociais nas relações que estabelecem entre os fatos, imagens e acontecimentos vistos do presente em direção ao passado, ou em direção ao futuro” (DODEBEI, 2011:37). Consequentemente, acredita-se que uma vertente incontornável do fundo local é o seu estatuto simbólico, na medida em que este se declara um símbolo de um lugar/comunidade, representando-o, traduzindo-o, conferindo-lhe uma significação real, sólida, palpável e única. Nora (1989:19) afirma que mesmo um sítio puramente material, como um arquivo, torna-se lugar de memória se a imaginação o investir de uma aura simbólica, posição que merece toda a concordância.

Hoskins (*apud* REID e MACAFEE, 2007:130) afirma que, à medida que o mundo se torna maior e mais incompreensível, as pessoas ficam mais inclinadas a estudar algo de que entendam a importância e em que possam encontrar um significado individual. A mesma

opinião é partilhada por M. B. Nunes (2002:58), para quem o fundo local da biblioteca pública é o “instrumento privilegiado da missão que a compromete com a contribuição para a integração do indivíduo na comunidade, já que constitui um núcleo que procura espelhar a realidade local em todos os seus aspectos”. Compreende-se que ao estatuto simbólico do fundo local corresponda um valor identitário. Este património documental acarta uma inquestionável coesão social, mas igualmente um estreito sentido de pertença individual. É neste espaço da biblioteca que se pode descobrir o sentido pessoal e individual num mundo cada vez maior, isto é, encontrar a identidade dentro de um coletivo e integrá-lo.

Da ânsia identitária e memorialística ao fundo local da biblioteca pública

Para os indivíduos de determinado local/comunidade, um contributo para esta coleção e mesmo um simples contacto com os seus documentos podem constituir uma experiência pessoal extremamente significativa e que largamente ultrapassa o âmbito material, enquanto ligação sentimental e elo de adesão afetiva de um indivíduo ao seu grupo. Considera-se, então, que o fundo local, um fenómeno concomitantemente coletivo e individual, poderá apresentar-se como fonte emocional e como um elemento comunicador de riqueza social, uma vez que se revela criador do sentido de identidade e pertença e da memória social coletiva.

Longe da deusa Mnemosine e das tábuas de cera de Cícero, Nora (1989:13 e 5) explica que a memória é um armazém gigantesco do que seria impossível lembrar, um repertório do que talvez precise ser lembrado. Os “lugares de memória” são criados com o sentido de que não há memória espontânea, de que é preciso deliberadamente criar arquivos e organizar celebrações, porque tais atividades não ocorrem naturalmente. Assim, compreende-se que, quanto menor for a capacidade de o indivíduo interiorizar os acontecimentos, maior seja a necessidade de um apoio exterior e de dados visíveis e concretos, atestando esses acontecimentos e suportando as memórias. Neste sentido, o fundo local é percecionado como uma coleção obtida para conservar a memória documental da coletividade na sua área de influência (CALENGE, 1994:162), como um verdadeiro lugar de memória.

Enquanto lugar de memória, Lage (2002:61) atesta a importância do fundo local no contexto da biblioteca pública: “De existência comum em todas as bibliotecas e arquivos, [...] os fundos locais e regionais são geralmente considerados uma das razões de ser de bibliotecas municipais e arquivos municipais, constituindo mesmo para alguns deles o elemento fundador, matriz da sua identidade e fermento de identidade da própria localidade/região [...] na medida em que se trata de colecções que compõem a memória local, permitem conhecer-lhe de modo mais preciso e próximo a história, a cultura, a língua, os costumes, favorecendo pois o sentimento de pertença das populações à comunidade local e/ou regional”. À semelhança, H. B. Nunes (1996:156) assegura que “também da existência de um Fundo Local extremamente rico, diversificado quanto aos suportes e bem organizado, pode depender o êxito de uma biblioteca”.

Já foi reconhecido o valor memorialístico do fundo local e a âncora que traz ao sustento informativo dos tempos idos, no entanto, se limitada às gerações do tempo presente, a

informação não se transmite e perde-se, daí a necessidade da criação de uma memória, de algo não circunscrito no tempo, pois, segundo Ricœur (*apud* CORNELSEN e MIRANDA, 2010:140), esta “permanece, em última instância, como a única guardiã de algo que efectivamente ocorreu no tempo”. A memória de um outrora, mais ou menos longínquo, possui determinados mecanismos de transmissão, sendo que o que apresenta maiores potencialidades é, sem dúvida, a constituição de uma coleção local na biblioteca. À luz destas perspectivas, acredita-se que fica balizada a biblioteca pública enquanto lugar de memória, nomeadamente o fundo local, e aclarado o seu papel na preservação e na efervescência da identidade e memória coletiva dos indivíduos e das comunidades.

Conclusão

Feita uma revisão da literatura, conclui-se que o fundo local é uma coleção de documentos específicos, que concretiza memória e confere identidade individual e coletiva, apresentando-se como a união do indivíduo consigo e com a sua comunidade. Além do valor pedagógico-didático e do carácter promotor de experiências culturais, os documentos locais potenciam a inclusão social do indivíduo num todo, promovem o sentimento de pertença e cumprem a missão de lembrar. Assim, aclaradas as marcas distintivas, depreende-se que estas convertam o fundo local numa coleção irrepitível em quaisquer outras comunidades e bibliotecas. Aqueles documentos e aquela organicidade revelam-se algo único, precioso, digno de memória e de preservação.

A afirmação identitária e memorialística constitui um dos méritos mais marcantes do fundo local, que, numa perspectiva mais instrumental, poderá oferecer utilizações múltiplas, desde a simples fruição a estudos mais doutos, com acesso democrático à informação e ao conhecimento. Daí, ser-se forçado a concluir que, embora desconsiderada por alguns, esta será uma área da biblioteca muito visitada, como assegura Lage (2002:63) – “os fundos locais e regionais são geralmente a parte mais explorada dos fundos patrimoniais, pois se trata de fundos especializados de utilização variada”.

Na contemporaneidade, procura-se o encontro do passado com o presente/futuro, como se prova na constante celebração de efemérides, e entende-se que abandonar a consciência do passado e da comunidade é afastar a consciência do momento presente e de si próprio. Enquanto porta aberta à fruição da herança coletiva, a coleção local constitui uma resposta à ânsia do homem contemporâneo, pelo que merece não só o reconhecimento público do que somos como também uma constante comunicação do que fomos e do que haveremos de ser. Para que se enriqueça e enriqueça todos os que dele podem beneficiar, perspectiva-se um fundo local democrático e socialmente (pró)ativo, um verdadeiro espaço dinâmico de cidadania.

Face à relevância do seu significado social, didático e histórico, acredita-se que o fundo local não abandonará a sua aura simbólica e não deverá ser descurado, sendo uma parte irreversivelmente estabelecida e conhecida como fator de excelência de uma biblioteca. Cumprida a sua missão, confirma-se que visitar o fundo local de uma biblioteca pública seja marcar um encontro com a identidade e a memória.

Referências bibliográficas

CALENGE, B.

1994 *Les Politiques d'acquisition*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1994.

CARDOSO, C.

2010 Bibliotecas públicas e identidade: o fundo local. *Revista Municipal de Lousada. Suplemento do Património*. 77 (2010) 1-4.

CASTELLS, M.

1999 *O Poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORNELSEN, J.; MIRANDA, M.

2010 Sentidos e acepções da memória: da custódia à pós-custódia. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. Série 2. 5 (2010) 131-164.

DODEBEL, V. D.

2011 Memória e património: perspectivas de acumulação/dissolução no ciberespaço. *Aurora*. 10 (2011) 36-50.

ESQUINSANI, R. S. S.; ESQUINSANI, V. A.

2007 Leitura, património cultural e lugares de memória: o papel da escola. *Ágora*. 13:2 (2007) 253-262.

FARIA, M. I.; PERICÃO, M. G.

2008 *Dicionário do livro: da escrita ao livro electrónico*. Coimbra: Almedina, 2008.

LE GOFF, J.

1990 *História e memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

HALBWACHS, M.

1950 *La Mémoire collective*. Paris: Les Presses Universitaires de France, 1950.

LAGE, M. O.

2002 Abordar o património documental: territórios, práticas e desafios. *Cadernos NEPS*. 4 (2002) 1-78.

NICHOLS, H.

1979 *Local studies librarianship*. London: Clive Bingley, 1979.

NORA, P.

1984 Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In *Les Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984, vol.1.

NORA, P.

1989 Between memory and history: les lieux de mémoire. *Représentations*. 26 (1989) 7-25.

NUNES, H. B.

1988 A Biblioteca e a memória da vida local. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de V. N. Famalicão*. 9 (1988) 15-20.

NUNES, H. B.

1996 *Da biblioteca ao leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal*. Braga: Autores de Braga, 1996.

NUNES, M. B.

2002 Para um acesso democrático às colecções de carácter local: o papel da Biblioteca Pública. *Cadernos de Estudos Municipais*. 17/18 (2002) 57-65.

PENSATO, R.; MONTANARI, V.

1984 *Le Fonti locali in biblioteca*. Milano: Editrice Bibliografica, 1984.

POLLAK, M.

1992 Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. 5:1 (1992) 200-212.

REGEDOR, A.

2004 As Bibliotecas públicas e o património cultural local. *Dunas: temas e perspectivas: revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. 4:4 (2004) 1-3.

REID, P.; MACAFEE, C.

2007 The Philosophy of local studies in the interactive age. *Journal of librarianship and information science*. 39:3 (2007) 126-141.

ZIMLER, R.

2013 *Goa ou o guardião da aurora*. Alfragide: D. Quixote, 2013.

Patrícia de Almeida Silva | mebpaticia@gmail.com

Ministério da Educação e Ciência